

# CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA NO PROCESSO DE GESTÃO AMBIENTAL

Silvana Karina de Melo Travassos\*  
Kelly Jaciara Farias Dias\*\*

## RESUMO

O constante apelo social pela preservação do meio ambiente em propor uma correta utilização dos recursos naturais e na busca de recuperar os danos causados no decorrer do tempo pelas empresas, em especial as de grande porte, surge a Contabilidade como fator preponderante no processo de Gestão Ambiental para as empresas com o propósito de inserir na sua estrutura a idéia de resguardar os recursos naturais sem comprometer os seus resultados financeiros. O objetivo deste estudo é mostrar como a Contabilidade está inserida no Processo de Gestão Ambiental. A metodologia usada na pesquisa foi bibliográfica e o método utilizado foi dedutivo. O estudo mostrou a que Contabilidade está inserida no Processo de Gestão Ambiental, sendo esta fomentadora de informações que auxiliam no processo de tomada de decisão do gestor de uma empresa, tornando-a adequada a uma política de preservação, manutenção e reparação dos danos causados ao meio ambiente.

Palavras-chave: Contabilidade. Processo de Gestão Ambiental. Empresa.

## 1 INTRODUÇÃO

Durante os últimos anos tem aumentado as discussões sobre o meio ambiente e a situação em que ele se encontra. Diante do visível avanço tecnológico e um aumento significativo da população do planeta, cada vez mais tem se exigido dos recursos gerados pela natureza, tornando-os cada vez mais limitados e escassos. O ser humano busca se adaptar o meio em que vive de uma forma em que este espaço possa suprir as suas necessidades, tornando-se um agente modificador do meio natural. Desse modo, a capacidade do homem de intervir no ambiente, vem cada vez mais se aperfeiçoado superando todos os limites, gerando um acentuado desequilíbrio

ambiental. O desenvolvimento econômico tem provocado um grande impacto ambiental, e as empresas são as principais causadoras destes problemas. Sendo necessário que haja conscientização por parte das empresas, mas que esta, não se torne apenas um cumprimento de exigências legais. Nesse contexto, é necessário que as empresas comecem a assumir a sua responsabilidade social, econômica e ambiental. Evidente que estas mudanças não ocorrerão de uma forma rápida, sendo necessária uma mobilização no meio empresarial, para que seja desenvolvido um novo conceito de como fazer negócios.

\*Especialista em contabilidade de custos, bacharel em Ciências Contábeis, consultora contábil, professora da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FACISA). E-mail: [silvanakmt@yahoo.com.br](mailto:silvanakmt@yahoo.com.br)

\*\*Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: [kelly\\_jaciara@oi.com.br](mailto:kelly_jaciara@oi.com.br)

Uma alternativa bastante viável para a resolução destas questões é a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), pois este sistema oferece para a empresa um conjunto de procedimentos a serem adotados para a preservação do meio ambiente, conciliando ao mesmo tempo os aspectos econômicos e sociais. Na visão de Dias (2007), o SGA é a união de responsabilidades organizacionais, procedimentos, processos e meios que se aceitam para a fixação de uma política ambiental em certa empresa ou unidade produtiva.

A Gestão Ambiental quando implantada numa empresa, se deparará com a degradação ambiental, que por sua vez, a mesma já causou. Serão necessárias diversas ações para combater esta degradação, por meio de um conjunto de atividades, que auxiliadas pelas informações geradas pela Contabilidade trarão resultados benéficos para a mesma. As informações podem ser utilizadas de forma preventiva, demonstrando ao gestor caminhos e alternativas que irão ser úteis à empresa no processo de produção e conseqüentemente, evitando que no futuro se ponha em risco tanto a sua situação econômico-financeira, como também a sua reputação perante uma sociedade cada vez mais esclarecida e consciente da preservação ambiental. Surge então a problemática a ser estudada: como o Processo de Gestão Ambiental juntamente com a contabilidade pode atender as expectativas da empresa e também da sociedade?

A Metodologia utilizada para o desenvolvimento desse estudo foi baseada na pesquisa bibliográfica. Segundo Silva (2003), as fontes bibliográficas podem ser retiradas de livros, referências, dicionários, publicações periódicas e entre outras.

Tipo de pesquisa realizada pela maioria dos pesquisadores [...]. Essa pesquisa explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos, etc (SILVA, 2003, p. 60).

De acordo com o supracitado autor a pesquisa bibliográfica dá suporte para qualquer outro tipo de pesquisa científica. As autoras Lakatos e Marconi (1992, p. 43) afirmam que a pesquisa bibliográfica faz como “um levantamento de toda bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita”.

O intuito da pesquisa bibliográfica é “possibilitar ao pesquisador um contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto escolhido” (LAKATOS; MARCONI, 1992, p. 44).

O método utilizado na pesquisa será o dedutivo, Lakatos e Marconi (1992, p. 106) conceituam este método como aquele que parte “das teorias e leis, na maioria das vezes me diz a ocorrência dos fenômenos particulares conexões descendentes”. Para Ferreira (2001, p. 460) o método utilizado é um “procedimento organizado que conduz a um certo resultado”.

O método dedutivo segundo Silva (2003, p. 40) “transforma enunciados universais em particulares”. O método universal a Contabilidade Ambiental e os enunciados universais em particulares o SGA.

O objetivo do artigo é mostrar como a Contabilidade está inserida no Processo de Gestão Ambiental.

## **2 RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA CONTABILIDADE AMBIENTAL**

Durante muito tempo os recursos naturais foram utilizados sem a necessária preocupação com o meio ambiente e suas limitações. Apesar disso, a consciência ambiental tem crescido, e muito já tem sido feito para mudar esta realidade.

Em aproximadamente 8.000 e 10.000 anos houve uma primeira grande revolução científico - tecnológica que por sua vez causou um grande impacto na natureza devido ao aumento da capacidade produtiva humana. No século XVIII aconteceu a

Revolução Industrial, que surgiu na Inglaterra e espalhou-se pelo mundo durante os séculos XIX e XX. Esta revolução gerou um grande desenvolvimento econômico e proporcionou possibilidades de maior geração de riqueza e melhor qualidade de vida, provocando profundas e irreversíveis alterações no meio ambiente que, por sua vez, começou a demonstrar sinais e possíveis conseqüências de sua destruição, como grandes epidemias e consumo sem medida de recursos naturais não renováveis.

Diante desses acontecimentos, desastres ocorridos em grandes indústrias com a destinação de resíduos (sólido, líquido ou gasoso), acabaram trazendo a tona estes problemas, já que além de prejudicarem o ambiente natural começaram a afetar também a saúde do ser humano. Houve então, o conhecimento da opinião pública, que começou a sofrer os efeitos do grande impacto ambiental causado pelo progresso.

Devido aos graves problemas ambientais que começaram a surgir e se agravarem no decorrer do tempo, na segunda metade do século XX foi iniciada uma grande movimentação global a respeito deste tema, motivando uma intensa mobilização no mundo inteiro. A partir daí, surgiram várias organizações não governamentais, que foram conquistando espaço e respeito das autoridades como o *Greenpeace*, *World Wide Fund For Nature* (WWF), Fundo Mundial para a Natureza, entre outros.

Segundo Dias (2007, p. 19), a primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente foi realizada em Estocolmo em 1972, o passo inicial para a conscientização mundial da sociedade sobre os problemas ecológicos. Em 1975 foi realizado um Seminário Internacional de Educação em Belgrado que defendeu a idéia de que a educação ambiental seria obtida através da conscientização e conhecimento, onde ficou definido que:

O grande desafio da educação ambiental foi, então, dividido em quatro tópicos: (1) conscientização; (2) sensibilização; (3) responsabilidade social; e (4) desenvolvimento sustentável. Tudo isso para manter o grande desafio da humanidade, que é continuar a viver (FERREIRA, 2006, p. 13).

De acordo com Ferreira (2006, p.13), em 1992 aconteceu a *Eco-92 United Nations Conference on Environment and Development* (Unced) no Rio de Janeiro. Nesta conferência houve uma maior adoção dos países participantes pela causa ambiental com discussões sobre os conceitos de “ambientalmente correto” e de “desenvolvimento sustentável”, o que levou estes países a terem uma maior dimensão da idéia, incorporando-a no dia-a-dia das empresas e também da sociedade. A Agenda 21, documento produzido na Eco-92, que é considerada pela Eco-rio (nº12, p.13 apud FERREIRA, 2006, p.13), “O maior esforço conjunto, feito por governos de todo o mundo, para identificar as ações que combinem o desenvolvimento com a proteção do meio ambiente”, foi assinado por 170 países e ainda hoje é um referencial na implantação de programas e políticas de governo e de empresas no mundo todo.

A Agenda 21, cap. 8, letra “d”, traz o marco teórico da inserção da Contabilidade como ciência da sustentabilidade como descreve Ferreira (2003, p.14 apud CARVALHO 2008, p.105), trata “[...] da necessidade de que países e organismos internacionais desenvolvam um sistema de Contabilidade que integre as questões sociais, ambientais e econômicas”.

Acredita-se que os grandes problemas ambientais são responsabilidades dos países do norte, já que estão relacionadas com o desenvolvimento excessivo e incontrolável. Por outro lado os países em desenvolvimento também assumem uma parcela da culpa já que houve a necessidade de uma exploração maior dos recursos para garantir a sobrevivência da população.

Com o surgimento de problemas relativos a

gestão do meio ambiente, a contabilidade se mostra como uma ferramenta indispensável na resolução destas questões.

A partir da ECO-92, começaram a se desenvolver diversos estudos na área ambiental, inclusive na Contabilidade, onde diversos profissionais motivados pelo agravamento dos problemas ambientais começaram a estudar o assunto, com o objetivo de contribuir com idéias, procedimentos e também métodos que aprimorassem os já existentes, ajudando os gestores nas suas necessidades de informações sobre o meio ambiente em seus diversos aspectos: financeiros, econômicos

entre outros, para um bom andamento da entidade.

A contabilidade Ambiental não se refere a uma nova contabilidade, mas a um conjunto de informações que relate adequadamente, em termos econômicos, as ações de uma entidade sobre o meio ambiente, que modifiquem seu patrimônio. Esse conjunto de informações não é uma nova contabilidade, e, sim, uma especialização (FERREIRA, 2006, p. 69).

A Contabilidade Ambiental conquistou destaque e apresentou uma evolução significativa no decorrer do tempo. No quadro 1, a seguir, é mostrado como se deu esta evolução em alguns países:

DINAMARCA	Desde 1996, exige através de lei a apresentação de relatório ambiental das empresas com atividades que impactam o meio ambiente.
NORUEGA	Promulgou em 1999, a Lei de Contabilidade Norueguesa, a qual dentre outros objetivos estabelece que as empresas informem sobre seu ambiente de trabalho e sua relação com o ambiente externo.
BULGÁRIA	Desde 1992, a Contabilidade Ambiental faz parte da Contabilidade oficial das empresas que demonstram, através de relatórios à parte, os custos com a proteção do meio ambiente, as taxas pagas pelo direito de poluir e os custos de contingências pela degradação.
FRANÇA	Tem desenvolvido um Balanço Patrimonial ecológico que faz uma relação entre as informações prestadas por cada empresa e o meio ambiente.
ESTADOS UNIDOS	São feitos os registros ambientais, porém, restritos aqueles gastos relativos a operações já realizadas.
BRASIL	A edição em 1996, da NPA 11 - Balanço e Ecologia pelo Instituto Brasileiro de Contabilidade (IBRACON), onde recomenda-se a adoção de processos de Gestão Ambiental nas empresas, implicando em registros específicos dos Ativos e Passivos ambientais. Recomenda também, a apresentação dos elementos patrimoniais sob títulos e subtítulos específicos nas demonstrações contábeis.

Quadro – 1 Evolução da Contabilidade Ambiental em alguns países

Fonte: Carvalho (2008, p. 106)

Como visto, frente à tomada de consciência da causa ambiental, fica registrado o esforço de diversos países em contribuir com a reversão dos impactos

ambientais que foram gerados no decorrer do tempo.

A ciência contábil, ainda que de forma tardia, torna-se cada vez mais um aliado importante no

processo de preservação ambiental e começa a desenvolver discussões importantes em torno deste tema, prosseguindo para o objetivo principal que é o desenvolvimento sustentável.

### 3 SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

O significado de Gestão Ambiental para Braga (2007, p. 14) “incorporar à gestão estratégica da organização princípios e valores que visem ao alcance de um modelo de negócio voltado no desenvolvimento sustentável”.

Segundo Donaire (1999, p. 108 apud BRAGA, 2007, p. 15) a maneira que condiz, a mais adequada para estabelecer um Sistema de Gestão Ambiental é “obedecer as Normas 14001 e 14004 da ABNT”.

Se o uso dos recursos naturais não afetasse as relações econômicas e, principalmente para a contabilidade, o patrimônio das organizações, não haveria necessidade de relatar e medir esses fatos e, portanto ela não seria necessária (FERREIRA, 2006, p. 11).

Na concepção de Braga existem três pontos positivos da contabilidade abordada na área ambiental:

A contabilidade pode ser de grande utilidade no processo de comunicação entre entidades e sociedade no que se refere à defesa do meio ambiente. Primeiro, identificando e fornecendo subsídio informacional para controlar os impactos ambientais da atividade operacional; segundo, fortalecendo a imagem de uma empresa socialmente responsável, fornecendo um conjunto de informações confiáveis para o público externo e interno; terceiro, incentivando a empresa a tornar-se um agente educador da comunidade/sociedade sobre o meio ambiente (BRAGA, 2007, p. 8).

Como uma provedora de informações, a Ciência Contábil pode contribuir não só na contabilização destes fatos, mas também se torna uma importante aliada no processo de tomada de decisão, mostrando as ações de uma entidade em relação às questões ambientais, estabelecendo uma comunicação

de qualidade dentro da ética profissional.

As empresas que somente se preocupam com os aspectos econômico-financeiros e se esquecem do caráter social, sendo estas as principais responsáveis por degradar o meio ambiente, constroem uma imagem negativa na sociedade.

A questão ambiental tem sido nos últimos anos, um assunto de relevância, tornando-se objeto de estudo em diversas áreas, entre elas, a Contabilidade.

A Contabilidade pode contribuir para a questão ambiental no fornecimento de informações sobre: como as empresas gerenciam os impactos de suas atividades sobre meio ambiente; na identificação, classificação, registro e divulgação dos gastos que são dispendidos com atividades relacionadas com o meio ambiente; as receitas que são auferidas com a venda de produtos que tem apelo ecológico; e a evidenciação de indicadores de ecoeficiência das empresas. (CALIXTO, 2005, p. 24).

Diante o atual cenário da situação do planeta em relação ao meio ambiente, a sociedade vem reivindicando do governo e das empresas uma postura de preservação ambiental, sendo necessário segundo Dias (2007) que estas empresas desenvolvam um SGA de acordo com as suas possibilidades e necessidades, já que estas são as principais responsáveis pelo esgotamento e pelas alterações ocorridas nos recursos naturais, de onde obtém as matérias-primas utilizadas na produção de bens que serão adquiridos pelas pessoas.

Uma afirmação é dita de forma categórica por Dias (2007, p. 89) que “a gestão ambiental é o principal instrumento para se obter um desenvolvimento industrial sustentável”. Existem diversos benefícios que são alocados quando a empresa adota posturas ambientalmente corretas:

os benefícios da adoção desta postura são os mais variados e alavancam resultado para a entidade nos seguintes itens: redução de riscos, redução de custos, melhoria da imagem corporativa, continuidade do negócio, maior lucratividade, entre outros (BRAGA, 2007, p. 15).

A importância de desenvolver a pesquisa da



Contabilidade focada no Processo de Gestão Ambiental é reforçada pela procedência de cunho científico voltada a este segmento. A relevância deste estudo está em mostrar que é possível através das informações geradas pela Contabilidade, contribuir para que as empresas possam adotar um SGA, gerando benefícios não só para a mesma, como também contribuindo para uma conscientização da importância dessa causa para a sociedade, proporcionando o bem-estar de todos.

Nos últimos anos com o elevado crescimento econômico e a globalização, tem aumentado o volume dos impactos ambientais. Esta situação de desequilíbrio gera no homem a necessidade de tentar reverter este quadro, o que se torna cada vez mais difícil devido o nível de degradação existente.

Os países desenvolvidos contribuem de forma elevada com este quadro de desequilíbrio ambiental, uma vez que, são os principais responsáveis, pois além de um histórico de exploração, a globalização proporciona a estes países uma grande possibilidade de geração de riqueza, sem preocupação com as conseqüências que este processo pode causar.

O desequilíbrio ambiental é causado principalmente por fatores como: o aumento da poluição, o consumo de recursos naturais não-renováveis, o consumo desordenado, além de exploração de recursos de países em desenvolvimento que estão coagidos a colaborar com este processo, nem sempre escolhendo as alternativas que serão melhores para os mesmos.

A exploração de países em desenvolvimento como o Brasil, está concentrada na matéria-prima, na mão-de-obra escrava, infantil e desqualificada e em outros pontos citados por Braga:

extração de matéria-prima (exportada por um valor incompatível com o passivo ambiental), uso de mão-de-obra escrava, infantil e desqualificada, avanço desordenado de fronteiras agropecuárias sem tecnologia adequada, desmatamento desordenado dos biomas brasileiros e

produção de energia sem avaliação da relação custo - benefício para a sociedade e o meio ambiente. (AGENDA 21 apud BRAGA, 2007, p. 12)

Na visão do supracitado autor, é imprescindível que cada vez mais as empresas que buscam gerar desenvolvimento para satisfazer as necessidades da geração presente não comprometam a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas necessidades.

O consumo excessivo dos recursos naturais sem considerar o suporte dos ecossistemas, aponta a incompatibilidade entre o Desenvolvimento Sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes.

Sob esta perspectiva surge a necessidade da adoção de um SGA nas empresas. Segundo Ferreira (2006), o fator principal para que a gestão ambiental venha a existir é que ela deve favorecer o melhor retorno econômico possível sobre os recursos da organização, em razão da preservação do meio ambiente.

Segundo Braga (2007, p.14), a Gestão Ambiental significa “incorporar a gestão estratégica da organização princípios e valores que visem ao alcance do Desenvolvimento Sustentável a sua gestão”.

Uma empresa que está focada no Desenvolvimento Sustentável busca além de se desenvolver e gerar lucro, a harmonia com o meio ambiente, através de um consumo eficiente preocupado com a preservação dos recursos naturais, proporcionando qualidade de vida para a sociedade.

Existem muitas vantagens competitivas para uma empresa que resolve adotar um SGA apontadas por Dias (2007), e elencadas a seguir:

- cumprimento das exigências normativas, que provoca uma melhora no desempenho ambiental de uma empresa, melhorando a imagem junto aos clientes e a comunidade; a adoção de um *design* do produto de acordo com as exigências ambientais,

tornando-o mais flexível com relação a instalação e operação, com um custo menor e uma vida útil maior; a melhoria na Gestão Ambiental, com a redução do consumo de recursos energéticos, gerando uma redução nos custos de produção, como nos custos de matéria-prima, por exemplo; a utilização de materiais renováveis, que é bastante benéfica para a empresa pela possibilidade de reciclagem; otimização das técnicas de produção, já que torna-se um fator decisivo no processo de melhoria na capacidade de inovação da empresa, pois reduz as etapas do processo produtivo, acelera o tempo de entrega do produto e minimiza o impacto ambiental do processo.

Um processo de Gestão Ambiental pode começar em uma simples iniciativa de coleta seletiva de lixo ou programas de reciclagem. Atitudes como estas podem provocar uma mobilização numa empresa e gerar uma sucessiva conscientização nos

diversos colaboradores da entidade.

É evidente que a implantação de um SGA na empresa acarretará custos que antes não existiam e também alguns sacrifícios, dentre estes é que a empresa não poderá continuar a investir na produção de certos produtos, e ainda poderá aumentar os custos no processo produtivo para torná-lo menos prejudicial ao meio ambiente.

Outro aspecto de grande importância na criação do SGA na empresa, são as normas legais que são impostas, assim como a cobrança da sociedade. Estas leis têm se tornado cada vez mais rígidas, e requerem um controle cada vez mais rigoroso sobre os níveis de poluição

Para classificar as diferentes estratégias adotadas pelas empresas frente à problemática ambiental, principalmente em relação à legislação, propõem-se as seguintes opções no quadro 2 a seguir:

Opções estratégicas	Descrição
Não-cumprimento	É a opção adotada pelas empresas que não cumprem a legislação ambiental devido aos custos envolvidos, ou por terem baixa percepção da importância dos fatores ambientais.
Cumprimento	A organização escolhe uma estratégia reativa, limitando-se a cumprir a legislação vigente.
Cumprimento a mais	A empresa adota uma postura proativa em termos de gestão ambiental, adotando uma política ambiental que ultrapassa as exigências legais. As empresas que assumem esta estratégia são as que incorporam instrumentos voluntários de política ambiental, como os selos ecológicos e os certificados de gestão ambiental, como o ISO 14001.
Excelência comercial e ambiental	Estratégia baseada na premissa de que a gestão ambiental é parte da boa administração. É adotada pelas empresas que buscam a excelência ambiental, com foco na qualidade, procurando projetar e desenvolver produtos e processos limpos. Sob este ponto de vista, essas empresas consideram que a contaminação equivale à ineficiência.
Liderança ambiental	As empresas observam as práticas mais avançadas do seu setor econômico e incentivam a sua força de trabalho para trabalhar de acordo com uma ética ambiental. De modo geral, são as primeiras a assumir novas medidas de cunho ambiental.

Quadro 2 - Opções estratégicas e Descrições em relação à legislação

Fonte: Elaborado a partir de Roome (1992, p. 22 apud DIAS, 2007, p. 54).

O supracitado autor mostra que diante desta situação de cobrança, tanto da legislação quanto da sociedade, as empresas têm reagido nos últimos anos adotando métodos corretivos, que visam à solução de problemas já causados ao meio ambiente pelas suas atividades, buscando eliminar ou reduzir os impactos gerados.

Por outro lado, defende a idéia da aplicação de métodos preventivos, que estudam a eliminação dos impactos na origem, buscando as causas dos problemas, acreditando que dessa forma se alcançará o Desenvolvimento Sustentável.

### 3.1 MODELO DE GESTÃO AMBIENTAL

Uma empresa que busca estabelecer um Modelo de Gestão Ambiental deve ter seus valores e prioridades firmadas no modelo de gestão que foi previamente estabelecido na entidade. Deve também, estabelecer um modelo que esteja em concordância com a sua realidade e que assegure que os seus objetivos serão atendidos, garantindo a sua permanência no mercado.

É preciso que a Gestão Ambiental esteja “introduzida na missão, visão e valores da entidade para ser a base do modelo de gestão e, conseqüentemente, integrar o processo de gestão e tomada de decisão dos seus gestores” (BRAGA, 2007, p. 33).

Para Ferreira (2006, p. 37), a missão da Gestão Ambiental é “implementar programas e ações voltadas para a preservação ambiental, compatíveis com a capacidade econômico-financeira e com a continuidade da empresa”.

O gestor é o agente executor do Modelo de Gestão Ambiental na empresa, e cada gestor possui um conjunto próprio de crenças e valores que influenciará a sua capacidade de gestão. Seu objetivo deve ser o de estabelecer equilíbrio entre a parte econômico-financeira atendendo as expectativas dos acionistas e

investidores, e ainda as esperanças da sociedade com relação à preservação ambiental, reduzindo ou até eliminando a degradação do ambiente.

É importante que a empresa defina as áreas em que este gestor irá atuar, e também a sua interferência em determinados espaços, para que o Processo de Gestão Ambiental seja implementado.

Segue abaixo a sugestão de um modelo gestão que pode ser aplicado em uma empresa:

- o gestor ambiental é considerado responsável pelo gerenciamento de todos os impactos causados e dos benefícios gerados ao meio ambiente de toda a entidade;
- ele “adquire” a degradação de todas as áreas da empresa e deve poder decidir qual a melhor forma de tratá-la, para que o resultado da entidade seja otimizado;
- a área de gestão ambiental deve ser a “guardiã” dos princípios e valores que regerão as políticas e os programas ambientais da entidade. Com isso está-se dizendo que ela não deve decidir sozinha o que deve ser feito, e sim que é sua responsabilidade “fazer acontecer” as decisões tomadas. Qualquer mudança nessas políticas só poderá ser realizada com seu consentimento.
- as políticas ambientais dizem respeito a, entre outras coisas:
  - imagem pública da entidade;
  - educação ambiental dos funcionários;
  - participação em programas públicos de recuperação ambiental;
  - zelar pela implantação de processos produtivos (de bens ou serviços) que preservem o meio ambiente;
  - transparência sobre as ações da entidade que afetem o meio ambiente e que digam respeito a terceiros, direta ou indiretamente relacionados com a entidade;
- a gestão do meio ambiente é responsável por implementar programas de:
  - preservação ambiental;
  - redução da emissão de resíduos;
  - auditoria ambiental (FERREIRA, 2006, p.52).

Através deste modelo, o gestor irá estabelecer uma gestão, que reunirá um conjunto de normas e princípios que darão direção ao processo administrativo, proporcionando o alcance dos seus objetivos.

A melhor forma de descobrir se o Processo de Gestão Ambiental está sendo benéfico ou não para a empresa é pela avaliação dos resultados.

salienta-se ainda, que eles resultam da confrontação dos custos incorridos com os benefícios gerados e não somente de “quanto custam os impactos ambientais causados”. [...] Considera-se importante



que estudos vêm sendo realizados por pesquisadores da área contábil e de custos, para viabilizar o fornecimento de informações que possam atender às exigências da Gestão Ambiental. (FERREIRA, 2006, p.40, destaque do autor)

A contabilidade torna-se um instrumento de grande impacto no processo de Gestão Ambiental, uma vez que é fornecedora de informações. Sua atuação se dá no gerenciamento de bens, direitos e obrigações relativas à operacionalização ambiental; identificação das ocorrências relativas ao meio ambiente, onde oferece meios para a solução dos mesmos; e no processo de tomada de decisão, com alternativas que irão gerar um melhor resultado para a empresa.

## 4 CONTABILIZANDO O MEIO AMBIENTE

### 4.1 ATIVO MEIO AMBIENTE

Para melhor entendimento a seguir, foi selecionado a visão de vários autores que fazem suas considerações sobre o Ativo Meio Ambiente.

De acordo com Braga (2007, p. 37), Ativo Ambiental pode ser conceituado como “recursos econômicos controlados por uma entidade, como resultado de transações ou eventos passados, dos quais se espera obter benefícios econômicos futuros, e que tenham por finalidade, o controle, preservação e recuperação do meio ambiente”.

Na visão de Carvalho (2008, p. 127), os Ativos Ambientais são considerados todos os “bens e direitos da entidade, relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, e que estejam aptos para gerar benefícios econômicos futuros para a entidade”.

Os Ativos Ambientais são constituídos segundo Ribeiro (2006, p. 61) constituídos “por todos os bens e direitos possuídos pelas empresas, que tenham capacidade de geração de benefício econômico em períodos futuros e que visem a preservação, proteção e recuperação ambiental”.

Entende-se que os Ativos Ambientais são bens e direitos obtidos pela entidade com o intuito de preservar, proteger ou recuperar o meio ambiente, e que no futuro possam gerar benefícios econômicos para a mesma.

Para não haver confusão quanto à identificação do que é um Ativo Ambiental e os demais Ativos de uma empresa faz-se um adendo de Braga (2007, p. 38), que “considera-se como Ativo Meio Ambiente quando a sua utilidade restringir-se a operacionalização do meio ambiente”. Com o intuito de demonstrar seu empenho na preservação do meio ambiente, “eles devem ser segregados em linha à parte das demonstrações contábeis” (RIBEIRO 2006 p. 61), com isto a compreensão dos usuários destas informações será facilitada.

De acordo com a definição de Ativo Meio Ambiente, entende-se que estes Ativos podem estar nos seguintes subgrupos de contas:

### 4.2 PASSIVO MEIO AMBIENTE

O Passivo Meio Ambiente são as exigibilidades ocorridas no passado ou presente decorrente de um ato relacionado ao meio ambiente e que futuramente ou em tempo presente, seja necessário a entrega de ativos ou a prestação de serviços. Conforme Carvalho (2008, p. 131), define como Passivo Meio Ambiente:

as obrigações da entidade decorrente de danos causados ao meio ambiente, de infrações ambientais ou empréstimos a serem aplicados na área ambiental, que tenham ocorrido no passado ou estejam ocorrendo no presente e que delas decorram entrega futura ou presente de ativos bem como a prestação de serviços.

Segundo a ONU (1998, p. 5 apud RIBEIRO, 2006, p. 77), essas obrigações podem ser:

- Legais: provenientes de instrumentos com força legal (legislações, penalidades impostas por lei, etc);
- Justas: refletem as obrigações que a empresa se vê obrigada a cumprir por fatores éticos e morais, independentemente

de lei;

- Construtivas: A empresa se propõe espontaneamente a cumpri-las, extrapolando as exigências legais.

As obrigações justas, estas que a empresa é obrigada a exercer eticamente independente da força da lei, para Braga (2007 p. 45), condiz, pois que “o valor efetivamente justo do Passivo Ambiental não será encontrado dada a subjetividade da mensuração que está atrelada aos diversos enfoques de cada usuário e aos efeitos sobre o patrimônio ambiental e social”.

O Passivo Ambiental, principalmente o decorrente de degradação é de difícil quantificação e identificação do momento exato de sua ocorrência para o devido registro. Mas, estas informações não devem ser omitidas, constando ao menos em notas explicativas.

Na visão de Carvalho (2008, p. 132), “o Passivo Ambiental também decorre de atitudes positivas da empresa no sentido de representarem obrigações decorrentes de ações na área de recuperação, reparação ou Gestão Ambiental”.

Conforme a definição de Passivo Meio Ambiente entende-se como seus subgrupos: Passivo Circulante; Provisões Ambientais; Degradação Ambiental; Obrigações Fiscais Ambientais a pagar; Indenizações Ambientais a pagar.

#### 4.3 DESPESAS MEIO AMBIENTE

As despesas de caráter ambiental são aquelas que estão inseridas no Processo de Gestão Ambiental, porém são relativas a área administrativa da entidade. Estas, não estão diretamente relacionadas com a atividade operacional da empresa e são consumidas com o objetivo de obtenção de receitas.

Podem ser consideradas Despesas Ambientais segundo Braga (2007):

- gastos relacionados com a manutenção de políticas internas de preservação ambiental,

inclusive de pessoal empregado nesta área;

- despesas com auditoria ambiental;
- despesas com a obtenção de licenças ambientais, bem como pagamento de multas e indenizações;
- despesas com a aquisição de equipamentos destinados a proteção ambiental.

Para Hendriksen e Breda (1999, p. 232 apud BRAGA, 2007, p. 62), “as despesas se constituem o uso ou consumo de bens e serviços e no processo de obtenção de receitas”.

#### 4.4 RECEITAS MEIO AMBIENTE

O FASB (1976 apud BRAGA, 2007, p. 53), classifica como receita “aquela proveniente da operação principal ou básica da entidade”.

Na visão de Carvalho (2008, p. 142), as Receitas Ambientais são os “recursos auferidos pela entidade, em decorrência da venda de seus subprodutos ou de materiais reciclados”.

As receitas provenientes das atividades ambientais que estão direta ou indiretamente ligadas à operacionalização da empresa.

As Receitas Ambientais Diretas são aquelas em que a venda de produtos produzidos de uma forma que não venha a prejudicar o meio ambiente, como: os de energia limpa, os decorrentes de atividades de prevenção, monitoramento e recuperação ambiental.

As Receitas Ambientais Indiretas são aquelas com a reciclagem de produtos que podem ser reutilizados pela entidade ou repassados como matéria-prima para outras atividades em outras empresas.

### 5 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL AMBIENTAL

A Evidenciação Contábil Ambiental é a divulgação das informações financeiras de uma empresa, relativos à operacionalização do meio ambiente. Para isso, o Conselho Federal de

Contabilidade elaborou a NBC T 15 . Esta norma estabelece os procedimentos para a evidenciação de informações de natureza social e ambiental, extraídos ou não da contabilidade, com o objetivo de demonstrar a sociedade a participação e responsabilidade social da empresa.

Para Braga (2007, p. 67), “A Evidenciação Contábil representa o fechamento do ciclo financeiro e operacional de um dado período de tempo [...] é o instrumento através do qual se torna possível realizar análises quanto aos resultados obtidos pela entidade”.

Diante do constante apelo social por medidas que tratam da preservação ambiental, muitas empresas utilizam da Evidenciação para promover a sua imagem e demonstrar a sua preocupação com o bem-estar do meio ambiente. Tal atitude apresenta aspectos positivos uma vez que, segundo Ribeiro (2006, p. 108), “a informação prestada tem estimulado os concorrentes a realizar ações semelhantes ou melhores, o que resulta, portanto, no benefício da sociedade como um todo”.

Em virtude das exigências dos usuários das informações contábeis (acionistas, fornecedores, empregados, clientes e sociedade como um todo), as mesmas têm se tornado cada vez mais completas e bem elaboradas. Estes usuários:

desejam obter informações qualitativas e quantitativas, e estas podem ser do tipo monetárias e não-monetárias [...] A Contabilidade deve considerar o seu objetivo principal, que é fornecer informações úteis ao seu amplo conjunto de usuários para a tomada de decisão (BRAGA, 2007, p. 67).

Para que as informações contábeis ambientais venham a atender as necessidades de seus usuários, como avaliação de resultados e tomada de decisão recomenda-se a reflexão dos seguintes aspectos:

O quê: todas as informações relativas aos eventos e transações envolvidos com a questão ambiental; Como: com o grau de detalhamento exigido pela relevância dos

valores e pela natureza dos gastos relativos à interação entre a empresa e o meio ambiente; Quando: o registro contábil deverá ser feito no momento em que o fato gerador ocorrer, ou no momento em que houver informações adicionais e complementares. Onde: idealmente, no corpo das demonstrações contábeis e nas notas explicativas, dependendo da extensão e natureza das informações a serem prestadas. (RIBEIRO, 2006, p. 108)

Diante da atual situação do planeta torna-se imprescindível o controle das informações contábeis ambientais. Dessa forma, as empresas poderão acompanhar o controle dos bens que tratam da operacionalização com o meio ambiente e ter uma melhor noção dos impactos que a produção está causando ao meio ambiente, para que eles sejam superados em tempo oportuno.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A artigo mostrou uma retrospectiva histórica da gestão ambiental, e assuntos da Contabilidade no meio ambiente, foi discutido em esfera mundial de uma forma tardia na ECO-92, com a preocupação em buscar a solução em deter a irracionalidade do uso de recursos naturais. Onde as empresas na busca desenfreadas visando apenas o lucro, esqueceu do fator-chave, que estes recursos em sua maioria, não eram renováveis. O estudo trouxe a compreensão do modelo de Gestão Ambiental, abordando a forma de como este pode ser aplicado nas empresas e a relevância de sua funcionalidade, contudo, em especial à Contabilidade no tratamento dos bens, direitos e obrigações no contexto ambiental.

O estudo mostrou que existem muitos benefícios que são alcançados na implantação de um Sistema de Gestão Ambiental, desde a melhoria da imagem, visto que os consumidores têm se tornado cada vez mais conscientes e exigentes, até resultados como redução de custos, redução de riscos, maior lucratividade, conquista de novos mercados, entre outros. Nisto, a

contabilidade tem sido um importante instrumento para as empresas que resolvem adotar uma política voltada para o meio ambiente, como uma fomentadora de informações que auxiliam no processo de tomada

de decisão do gestor de uma empresa, tornando-a adequada a uma política de preservação, manutenção e reparação dos danos causados ao meio ambiente.

# ACCOUNTING AS TOOL IN THE PROCESS OF ENVIRONMENTAL MANAGEMENT

## ABSTRACT

The constant social appeal for the preservation of the environment and for the correct use of the natural resources as well as for the recuperation of the damage caused mainly by the great enterprises, the Accountancy has been an important tool in the process of Environmental Management for these enterprises, since it inserts the idea of protecting the natural resources without compromising its financial results. The methodology used were bibliographical inquiry was used for the deductive method in order to show how the Accountancy plays the management of information. According to this study, it is possible to insert the Accountancy in the Process of Environmental Management, being this information useful in the process of taking decision by the manager of the enterprise. The Accountancy has been appropriate for a politics of preservation, maintenance and mending of damage caused to the environment by the enterprises.

Keywords: Environmental Management Process. Accountancy. Enterprise.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, C. **Contabilidade Ambiental: ferramenta para a Gestão da Sustentabilidade.** São Paulo: Atlas, 2007.

CALIXTO, L. Análise da pesquisa sobre Contabilidade Ambiental no Brasil. **Revista Brasileira de Contabilidade.** Brasília, p. 23-32, julho/agosto 2005.

CARVALHO, G. M. B. de. **Contabilidade Ambiental: Teoria e Prática.** Curitiba: Juruá, 2008. 216p.

DIAS, R. **Gestão ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade.** São Paulo: Atlas, 2007.

FERREIRA, A. B. de H. **Mini Aurélio: O minidicionário da língua portuguesa.** 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, A. C. de S. **Contabilidade Ambiental: Uma informação para o Desenvolvimento Sustentável.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório; publicação e trabalhos científicos.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

RIBEIRO, M. de S. **Contabilidade Ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, A. C. R. da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses.** São Paulo: Atlas, 2003.